



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**262^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Ata da ordem do dia 14 e 15 de março de 2018

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 262ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF

Data: 14 e 15/03/2018

1 Aos quatorze e quinze dias do mês de março de dois mil e dezoito teve início a 262ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação da Conselheira
3 Rosângela Maria Soares dos Santos, Presidente Interina do Conselho Nacional de Assistência
4 Social - CNAS e Titular Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social –
5 FNUSUAS/PA. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes:
6 Conselheira Titular Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Representante da Organização Nacional de
7 Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF; Conselheira Titular Luziana Carvalho de
8 Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
9 – COFFITO; Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação
10 Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS; Conselheiro Suplente Samuel
11 Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da População de Rua; Conselheiro Suplente Leovane
12 Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia - CFP; Conselheira Suplente Elisa
13 Maciel Costa, Representante da Associação Mayle Sara Kali; Conselheiro Suplente Maurício José
14 Silva Cunha, Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI;
15 Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação
16 Social; Conselheiro Titular Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco -
17 Salesianos; Conselheira Titular Maria Amélia Sasaki, Representante do Ministério do
18 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Edna Aparecida Alegro, Representante da
19 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI; Conselheira Suplente
20 Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento – MDS;
21 Conselheira Suplente Renata Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do Desenvolvimento
22 Social/MDS; Conselheira Suplente Laís Maranhão Santos Mendonça, Representante do Ministério
23 do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Maíra Leilane Oliveira Almeida,

24 Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Assistência Social – FONSEAS;
25 Conselheiro Titular Clodoaldo José Oliva Muchinski, Representante da Fundação Fé e Alegria do
26 Brasil; Conselheira Suplente Caroline Miranda Sampaio, Representante do Ministério do
27 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro Titular Allan Camello Silva, Representante do
28 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Maria do Carmo Brant de
29 Carvalho, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular
30 Marília Vilardi Mazeto, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS;
31 Conselheira Titular Elcimara Rangel Loureiro Alício, Representante do Colegiado Nacional dos
32 Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira Titular Maria José
33 Vasconcelos Barreto Carvalho, Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe
34 – FEUSUAS/SE; Conselheira Suplente Silvia Regina Ramires, Representante da Fundação Projeto
35 Pescar; Conselheira Titular Mariana de Souza Machado Neris, Representante do Ministério do
36 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Marília Paiva de Carvalho; Representante
37 do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. **ABERTURA 14/03/2018:** A Conselheira
38 Rosângela Maria Soares dos Santos, Presidente Interina do Conselho Nacional de Assistência
39 Social - CNAS e Titular Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social –
40 FNUSUAS/PA, iniciou a reunião cumprimentou a todos e solicitou que a Secretária Executiva
41 realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, a Presidente Interina Rosângela Maria
42 Soares dos Santos colocou a Ata da 261ª Reunião Ordinária do CNAS para apreciação dos
43 Conselheiros, a qual foi aprovada por unanimidade. Informou que a pauta é composta por: Dia
44 14/03: das 9h00 às 09h30 – Aprovação da Ata da 261ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da
45 262ª Reunião Ordinária do CNAS; das 9h30 às 10h30 - Informes da Presidência/Secretaria-
46 Executiva, CONGEMAS, FONSEAS, CIT, MDS e Conselheiros; das 10h30 às 11h30 – Relato da
47 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; das 11h30 às 12h –
48 Informes da Comissão Eleitoral; das 14h às 15h30 – Apresentação dos Resultados do
49 Acompanhamento do Pacto de Aprimoramento Estadual do SUAS (2016/2019); 15h30 às 18h –
50 Avaliação do Programa Primeira Infância no SUAS, conforme Resolução CNAS nº 19/2016. Dia
51 15/03: das 9h às 10h30 - Relato da Presidência Ampliada; das 10h às 12h - Relato da Comissão de
52 Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h às 15h – Relato da Comissão de Normas
53 da Assistência Social; das 15h às 16h30 – Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das
54 16h30 às 18h – Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e

55 Relato da Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e a Comissão de
56 Normas. Informou que a Secretaria Nacional de Assistência Social solicitou, na Reunião da
57 Presidência Ampliada, que o item de avaliação de apresentação dos Resultados do
58 Acompanhamento do Pacto de Aprimoramento Estadual do SUAS (2016/2019) fosse retirado de
59 pauta e incluído na pauta da reunião de abril, uma vez que o mesmo ainda não foi apreciado na
60 reunião da CIT. Discorreu que a Presidência Ampliada acatou a solicitação e o relato da Comissão
61 de Financiamento e Orçamento da Assistência Social será realizado nesse período. Sugeriu que, no
62 horário estabelecido para o relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
63 Social, seja realizado o relato da Comissão de Normas da Assistência Social e posteriormente a
64 eleição do novo Presidente do CNAS. Informou que a Secretaria-Executiva do CNAS elaborou uma
65 minuta de agradecimento aos colaboradores que contribuíram desde o início do processo
66 conferencial, salientando que o mesmo será lido em algum momento dessa reunião. Não havendo
67 nenhum comentário contrário, a pauta da 262ª Reunião Ordinária do CNAS foi aprovada por
68 unanimidade. Seguindo para os informes da Presidência/Secretaria Executiva, a Sra. Maria das
69 Mercês Avelino de Carvalho, Secretária Executiva do CNAS, informou que justificaram as
70 ausências: Conselheiro Carlos Nambu, no dia 15 de março, devido a compromissos institucionais;
71 Conselheira Solange Teixeira, nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais;
72 Conselheira Nayara Frutuoso Furtado, nos dias 12 e 13, devido a compromissos institucionais e nos
73 dias 14 e 15, por motivo de férias; Conselheira Leíse Mendes de Sousa, nessa reunião ordinária,
74 devido a compromissos institucionais; Conselheira Cleonice Caetano Souza, nessa reunião
75 ordinária, devido a problemas de saúde; Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski, no dia 15 de
76 março, devido a compromissos institucionais; Conselheira Clátia Regina Vieira, nessa reunião
77 ordinária, devido a compromissos institucionais, a Conselheira Tathiane Aquino Araújo, no dia 15
78 de março, devido a compromissos institucionais. Convocações e Participações: Os Conselheiros
79 Titulares e Suplentes foram convocados para 262ª Reunião Ordinária do CNAS, no período de 13 a
80 15 de março em Brasília; os Conselheiros Nacionais que integram a Comissão de Acompanhamento
81 de Benefícios e Transferência de Renda foram convocados para a reunião no dia 12 de março em
82 Brasília; os Conselheiros Nacionais que integram a Comissão Eleitoral foram convocados para a
83 reunião no dia 12 de março em Brasília; os Conselheiros Coordenadores das Comissões Temáticas:
84 Carlos Nambu; Mariana de Souza Machado Neris, Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão e
85 Maíra Leilane Oliveira Almeida foram convocados para participar da Reunião Trimestral do CNAS

86 com os CEAS e o CAS/DF no dia 12 de março em Brasília; os Conselheiros Titulares e Suplentes,
87 que residem em Brasília, foram convocados para a Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e
88 CAS/DF no dia 12 de março em Brasília; o Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski e a
89 Conselheira Silvia Regina Ramires foram convocados para a Reunião da Subcomissão de Recursos
90 da Comissão Eleitoral, nos dias 27 e 28 de março em Brasília. *E-mails* enviados aos Conselheiros
91 do CNAS: Carta Aberta aos Conselheiros da Sociedade Civil do CNAS; Cópia do Ofício nº 80 da
92 Procuradoria Federal do Direito dos Cidadão encaminhado a pedido da Conselheira Elisa Costa
93 Maciel; Relatório de Avaliação da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social; InfoSUAS –
94 MDS lança pesquisa para conhecer as ações e metodologias socioeducativas nos municípios; Ata e
95 Degravação da 261ª Reunião Ordinária do CNAS; Recomendação do CONANDA sobre Prioridade
96 Absoluta sobre Crianças e Adolescente Migrantes; Pauta da 262ª Reunião Ordinária do CNAS;
97 Apresentação do Acórdão TCU nº 2.404/2017 da Assessoria Especial de Controle Interno do MDS.
98 Resoluções, Leis e Portarias Publicadas no Diário Oficial da União: Resolução CNAS nº 01, de 07
99 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 09/02/2018, Seção I - Página 65, que
100 instrui e esclarece sobre o processo eleitoral da representação da Sociedade Civil no CNAS;
101 Resolução CNAS nº 02, de 15 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União de
102 16/02/2018, Seção II – Página 45, que institui a Comissão Eleitoral de que trata o Artigo 2º da
103 Resolução CNAS nº 20/2017, que dispõe sobre o processo de eleição dos representantes da
104 Sociedade Civil no CNAS – Gestão 2018/2020; Resolução CNAS nº 03, do dia 12 de março de
105 2018, publicada no Diário Oficial da União 13/03/2018, Seção II – Página 52, que altera a
106 Resolução CNAS nº 13/2017, que dispõe sobre a composição das Comissões do CNAS – Gestão
107 2016/2018; Portaria nº 4.949 de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de
108 12/03/2018, Seção II – Página 46, que altera o Inciso III e o Artigo 1º da Portaria nº 361/2017, que
109 passa a vigorar com a seguinte redação: “Marília Vilarde Mazedo – Titular - Representante do
110 Ministério do Desenvolvimento Social e Thereza de Lamare Franco Netto – Suplente –
111 Representante do Ministério da Saúde.”. CNAS Informa: Processo Eleitoral da Sociedade Civil –
112 Prazo se encerra no dia 28 de fevereiro de 2018; CNAS realizará Reunião Trimestral com os
113 Conselhos de Assistência Social; Divulgada a pauta da Reunião Ordinária do CNAS de março.
114 Datas Comemorativas: 08/03 – Dia Internacional da Mulher; 21/03 - Dia Internacional Contra a
115 Discriminação Racial. Conselheiros Aniversariantes: 08/03 – Conselheira Carmen Lúcia Lopes
116 Fogaça; 24/03 – Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho; 28/03 – Conselheira Tathiane

117 Aquino Araújo; 31/03 – Conselheiro Carlos Nambu. A Presidente Interina Rosângela Maria Soares
118 dos Santos agradeceu aos membros do CNAS pela nota de pesar ao falecimento de sua mãe e
119 passou aos informes do CONGEMAS. A Conselheira Elcimara Rangel Loureiro Alício,
120 Representante do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social –
121 CONGEMAS, cumprimentou a todos e arrazoou que o CONGEMAS realizou o Encontro Regional
122 da Região Sudeste, nos dias 05 e 06 de março, em Piracicaba e os demais serão realizados em
123 Joinvile nos dias 04, 05 e 06 de abril; Maceió nos dias 12 e 13 de abril; região norte nos dias 10 e 11
124 de maio e região centro-oeste nos dias 29 e 30 de maio, sendo que os mesmos culminarão no
125 Encontro Nacional nos dias 30 e 31 de julho a 1º de agosto de 2018. A Conselheira Maíra Leilane
126 Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Assistência
127 Social – FONSEAS, cumprimentou a todos e articulou que o FONSEAS não possui informes, visto
128 que a sua reunião será realizada no dia 20 de março. O Conselheiro Leovane Gregório,
129 Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP, cumprimentou a todos e informou que,
130 devido à reunião da CIT de fevereiro ter sido realizada simultaneamente com a reunião do CNAS,
131 não poderá realizar os informes com detalhes, solicitando aos participantes que puderam
132 permanecer integralmente na reunião da CIT que colaborem com esse informe. O Conselheiro Allan
133 Camello Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, articulou que, na
134 reunião da CIT, foi discutida e aprovada uma resolução que altera a Portaria nº 36 para afastar a
135 aplicação dos mecanismos de suspensão de recursos quando o MDS causar o acúmulo de saldos nos
136 municípios devido à transferência de recursos nos meses de dezembro. Complementou que foi
137 discutido sobre a proposta de unificação dos blocos de financiamento da Proteção Social Especial.
138 Prosseguindo para os informes dos Conselheiros, o Conselheiro Leovane Gregório postulou que o
139 Fórum de Trabalhadores do SUAS se reuniu e elaborou um documento se pronunciando em relação
140 à situação da reunião do CNAS de fevereiro de 2018, realizando a sua leitura. O Conselheiro
141 Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em
142 Seguridade Social – CNTSS, cumprimentou a todos e informou que o Encontro da Plenária
143 Nacional dos Trabalhadores do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS será realizado no dia
144 06, 07 e 08 de abril no Maranhão. A Conselheira Silvia Regina Ramires, Representante da
145 Fundação Projeto Pescar, cumprimentou a todos e informou que foi elaborada um EAD sobre a
146 Gestão Sustentável e o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil com o Tribunal de
147 Contas do estado, sendo que as inscrições serão iniciadas no dia 15 de março de 2018 e com início

148 no dia 02 de abril de 2018. A Conselheira Elisa Maciel Costa, Representante da Associação Mayle
149 Sara Kali, cumprimentou a todos e relatou que os representantes da Sociedade Civil realizaram
150 incidência política na Câmara dos Deputados a favor do SUAS, em que foram contactados os
151 deputados: Danilo Cabral, Luísa Erondina, Maria do Rosário, Érika Kokay, Paulo Teixeira e entre
152 outros. Notificou que as Comissões da Câmara dos Deputados estão sofrendo alterações e foram
153 solicitadas várias audiências para discutir sobre a manutenção e garantia dos direitos alcançados e
154 sobre a destinação de 1% das receitas da União para a Assistência Social. O Conselheiro Carlos
155 Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco, Salesianos, complementou que a Comissão de
156 Financiamento e Orçamento da Assistência Social apresentará uma proposta de substitutivo ao 1%
157 das receitas da União para a Assistência Social, uma vez que existe a necessidade de R\$ 70 bilhões
158 e o valor de 1% das receitas da União corresponde apenas a sete bilhões de reais. A Conselheira
159 Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho, Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS
160 de Sergipe – FEUSUAS/SE, informou que foi marcada uma audiência, as 11h30, com o Deputado
161 Danilo Cabral e registrou a presença, na nessa reunião do CNAS, do Presidente do Conselho
162 Estadual de Sergipe e do Presidente do Conselho Municipal de Aracaju. A Presidente Interina
163 Rosângela Maria Soares dos Santos elencou os estados participantes da Reunião Trimestral do
164 CNAS com os CEAS e o CAS/DF, destacando que a mesma foi muito produtiva. Prosseguindo para
165 o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento e Transferência de Renda realizada no dia
166 12 de março de 2018, a Conselheira Edna Aparecida Alegro, Representante da Federação Nacional
167 das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, elencou os Conselheiros, convidados e
168 membros da Secretaria-Executiva presentes e informou que foram debatidos os seguintes itens de
169 pauta: Item I) Benefícios Eventuais. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere a Secretaria
170 Nacional de Assistência Social – SNAS a inclusão do tema “Migrantes” nas orientações técnicas;
171 02) Os integrantes da Comissão e a representação do FONSEAS no CNAS, Conselheira Maíra
172 Leilane Oliveira Almeida, realizaram contribuições a proposta de redação das orientações técnicas.
173 Como primeira etapa desse processo, o DBAP/SNAS encaminhará para a Coordenação de Política,
174 até o dia 19 de março de 2018, os sete textos preliminares e os Conselheiros terão o prazo, até 06 de
175 abril de 2018, para o envio de contribuições a Coordenação de Política do CNAS, que por sua vez
176 encaminhará as propostas de aprimoramento dos textos a SNAS até o dia 09 de abril de 2019. Item
177 II) Monitoramento do Plano de Ação da Comissão – Avaliação da Execução em 2017 e
178 Planejamento da Agenda de Trabalho para 2018. Encaminhamento: A proposta da Comissão é de

179 dar continuidade ao monitoramento do Plano de Ação na reunião extraordinária de abril, discutindo
180 as Metas III e IV. Item III) Apresentação do Andamento dos Trabalhos do Comitê do Cadastro de
181 Inclusão e Avaliação Unificada da Deficiência. Encaminhamento: A Comissão sugere a Plenária o
182 encaminhamento de ofício a Secretaria Nacional dos Direitos a Pessoa com Deficiência/MDH
183 agradecendo a sua participação na Reunião da Comissão, solicitando a participação do CNAS por
184 meio de um integrante da Comissão como ouvinte no Comitê de Cadastro de Inclusão e Avaliação
185 Unificada da Deficiência e recomendando que a capacitação dos profissionais das equipes
186 multidisciplinares, para a fase “Faces” do Cadastro de Inclusão e Avaliação Unificada da Deficiência
187 tenha um olhar especial para as especificidades das pessoas com deficiência intelectual e mental em
188 razão das barreiras atitudinais. Item IV) Definição da pauta da Reunião Extraordinária da Comissão
189 em abril/2018: Apresentação das ações estratégicas do Governo Federal para inserção dos
190 benefícios do Benefício de Prestação Continuada - BPC no Cadastro Único; Esclarecimentos sobre
191 notícias vinculadas na mídia em relação ao Programa Bolsa Família – PBF; Continuidade do
192 monitoramento do Plano de Ação da Comissão – Metas III e IV. A Conselheira Raquel de Fátima
193 Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento – MDS, sugeriu a retirada da
194 palavra coordenação do relato sobre o Benefício Eventual e o Conselheiro Leovane Gregório
195 questionou qual o prazo para discutir sobre o tema de migração, para que possam ter um
196 encaminhamento concreto de atuação nesse aspecto. A Conselheira Edna Aparecida Alegro
197 explanou que consensuaram a importância de incluir e recomenda o tema “ Migração”, uma vez que
198 deve existir a correlação de serviços da Assistência Social para os migrantes. A Conselheira Raquel
199 de Fátima Antunes ilustrou que a questão do migrante vem sendo discutido com a Proteção Social
200 Especial, sendo que orientam que os Benefícios Eventuais não estão restritos ao público local. A
201 Conselheira Mariana de Souza Machado Neris, Representante do Ministério do Desenvolvimento
202 Social – MDS, propôs que, na próxima reunião da Plenária, seja trazida a temática dos migrantes
203 venezuelanos, para que seja realizado um debate mais ampliado para além dos benefícios e
204 informou que estão trabalhando, junto a Casa Civil, em algumas ações novas referente a esse
205 assunto. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão de
206 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda foi aprovado por unanimidade. A
207 Conselheira Elisa Maciel Costa comunicou sobre um atentado em Santarém/PA, que resultou na
208 morte de um professor universitário que defendia os direitos humanos e sobre o Professor Raoni,
209 que recebeu quatro tiros e sobreviveu nessa madrugada, registrando a sua preocupação e a

210 necessidade de acompanhamento em relação aos defensores dos direitos humanos. Seguindo para o
211 relato da Reunião da Comissão Eleitoral realizada no dia 12 de março de 2018, o Conselheiro
212 Clodoaldo José Oliva Muchinski, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil, elencou os
213 Conselheiros e membros da Secretaria-Executiva presentes e arrazoou que foram debatidos os
214 seguintes itens de pauta: Item I) Escolha dos Representantes do Conselhos Estaduais para compor a
215 Comissão Eleitoral. Encaminhamento: Enviar ofícios aos Conselheiros Estaduais indicados com
216 cópia para os CEAS/PB e CEAS/CE, convidando os Conselheiros do segmento dos trabalhadores
217 para compor a Comissão Eleitoral do CNAS – Gestão 2018/2020. A primeira reunião da
218 Subcomissão de Recursos está agendada para os dias 27 e 28 de março de 2018. Item II) Indicação
219 dos nomes do Presidente da Comissão Eleitoral, Vice-Presidente e Coordenador da Subcomissão de
220 Habilitação e da Subcomissão de Recursos. Definição: Presidente da Comissão Eleitoral -
221 Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski; Vice-Presidente – Conselheiro Samuel Rodrigues;
222 Coordenador da Subcomissão de Habilitação – Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça;
223 Coordenador da Subcomissão de Recursos – Conselheira Silvia Regina Ramires. Item III)
224 Apresentação do Modelo de Verificação Técnica e Modelo do Parecer. Item IV) Pedidos
225 Intempestivos. Encaminhamento: Todos os requerimentos postados após o prazo final de 23 de
226 fevereiro de 2018 foram inabilitados. Item V) Anexo I da Resolução CNAS nº 20/2017.
227 Encaminhamento: Considerar como regulares todos os requerimentos apresentados que não
228 contavam assinatura do candidato designado ou do eleitor designado a fim de não prejudicar as
229 requerências. Relato da Reunião da Subcomissão de Habitação realizada no dia 12 de março de
230 2018: Item I) Análise dos Processos. Encaminhamento: A Subcomissão de Habilitação, após a
231 assinatura dos pareceres, encaminhou para os procedimentos cabíveis, para publicação no Diário
232 Oficial da União em 16 de março de 2018, a relação de representantes de organizações de usuários,
233 de entidades e das organizações da Assistência Social e dos trabalhadores do SUAS habilitados e
234 não habilitados ao processo eleitoral da Sociedade Civil no CNAS – Gestão 2018/2020. A Sra.
235 Maria das Mercês Avelino Carvalho informou que o Conselho Estadual do Ceará já respondeu
236 confirmando a indicação da Conselheira Margarida e o Conselho Estadual da Paraíba explanou que
237 responderá até as 14h00. A Conselheira Maria Amélia Sasaki, Representante do Ministério do
238 Desenvolvimento Social – MDS, ponderou que gostaria de esclarecimento sobre os motivos que
239 levaram a não habilitação dos candidatos e o Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski
240 explanou que seguiram todos os critérios que estão previstos na Resolução CNAS nº 20/2017. O

241 Conselheiro Samuel Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da População de Rua,
242 complementou que o número de indeferimento se deu por falta de seguir alguns pequenos critérios e
243 a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho esclareceu que muitos dos indeferimentos foram por
244 falta de assinatura ou por falta de algum documento exigido, lembrando que todas as entidades terão
245 um período para recurso. A Conselheira Edna Aparecida Alegro parabenizou a Comissão pelo
246 trabalho realizado e compreendeu que, no momento da apresentação das inconsistências, todas as
247 entidades poderão apresentar a sua manifestação. A Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto
248 Carvalho, Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE,
249 questionou qual seria o encaminhamento caso as outras representações de trabalhadores não sejam
250 habilitadas e permaneça a vacância de três vagas e a Sra. Maria das Mercês Avelino Carvalho
251 explicou que deve ser feito um novo processo eleitoral específico para ocupar a vaga. O
252 Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski registrou que a greve dos Correios pode impactar nos
253 recursos das organizações e das entidades, destacando que o prazo de recurso é do dia 19 a 22 de
254 março de 2018 e a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho explicou que a resolução prevê que
255 a Secretaria-Executiva deve manter contato com as entidades inabilitadas através de outro meio de
256 encaminhamento dos documentos. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da
257 Comissão Eleitoral foi aprovado por unanimidade. Com a chegada da Conselheira Maria do Carmo
258 Brant de Carvalho, a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos questionou se haveria
259 algum informe do MDS. A Conselheira Maria do Carmo Brant de Carvalho, Representante do
260 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, cumprimentou a todos e discorreu que os informes
261 do MDS foram realizados durante a Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e o CAS/DF. A
262 Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos realizou a leitura da Moção em agradecimento
263 a Equipe de Colaboradores do CNAS pelo trabalho realizado no processo Conferencial de 2017 e
264 realizadas algumas alterações necessárias, a mesma foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo
265 para o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social
266 realizada no dia 13 de março de 2018, a Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho
267 elencou os Conselheiros, ouvintes e membros da Secretaria-Executiva presentes e discorreu que
268 foram debatidos os seguintes itens pauta: Item I) Informes: a) relatório sobre os acessos e avaliação
269 de reação ao Tutorial de Boas-Vindas aos Conselheiros de Assistência Social; b) participação no I
270 Fórum Estadual de Usuários do SUAS no Pará. Encaminhamentos: 01) Enviar ofício aos CEAS
271 orientando sobre a divulgação do Tutorial com estratégias variadas; 02) Representar os dados de

272 acesso e avaliação de reação sobre o Tutorial na Reunião da Comissão de Acompanhamento aos
273 Conselhos de junho para monitoramento. Item II) Reorganização do calendário das Reuniões
274 Regionais e Reuniões Ampliadas e Descentralizadas do CNAS de 2018. Reunião Ampliada e
275 Descentralizada será realizada nos dias 22 e 23 de maio de 2018 em Porto Alegre/RS; 264ª Reunião
276 Ordinária do CNAS ocorrerá no dia 24 de maio de 2018 em Porto Alegre/RS. Reuniões Regionais
277 serão realizadas simultaneamente duas a duas no mês de abril. Encaminhamentos: 01) Enviar
278 convite aos CEAS para sediar as reuniões regionais com a indicação das duas data abaixo no mês de
279 abril e postergar a definição de qual regional ocorrerá em qual semana, para após a manifestação
280 dos estados – 18 e 19 de abril e 25 e 26 de abril. 02) Consultar os Conselheiros da Comissão de
281 Acompanhamento aos Conselhos, um do Governo e outro da Sociedade Civil, sobre a
282 disponibilidade para ir às reuniões regionais conjuntamente com a Presidente Interina ou
283 representante da Presidência do CNAS. Tema a ser desenvolvido nas Reuniões Regionais 2018 –
284 Gestão Democrática e Controle Social: O Lugar da Sociedade Civil no SUAS (As Cinco
285 Deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social sobre esse eixo). Item III)
286 Monitoramento do Plano de Ação da Comissão. Encaminhamentos: 01) Solicitar ao MDS que
287 apresente ao CNAS, na reunião ordinária de abril, o Plano de Ação solicitado pelo Acórdão nº
288 2.404/2017 do TCU, que objetiva dá efetivo cumprimento aos condicionamentos para o repasse dos
289 recursos estabelecidos no Artigo 30 da LOAS/Lei nº 8.742/1993, de forma a garantir a presença do
290 CNAS e dos representantes de todos os segmentos nessa construção, para o fortalecimento do
291 controle social; 02) Solicitar ao CONGEMAS espaço na programação temática de suas reuniões
292 regionais e nacional, para participação de Conselheiros do CNAS com a temática “Gestão
293 Democrática na Perspectiva da Legislação Municipal para o Fortalecimento do Controle Social”;
294 03) Convidar representante do Núcleo Nacional de Educação Permanente do SUAS para
295 apresentação das ações planejadas de educação permanente e a situação de implantação dos núcleos
296 estaduais. Item IV) Definição da pauta da Comissão de abril/2018: Continuação do monitoramento
297 do Plano de Ação da Comissão; Continuação das discussões sobre as Reuniões Regionais e
298 Reuniões Ampliadas e Descentralizadas do CNAS; Relato da participação dos Conselheiros
299 Nacionais nas Reuniões Regionais do CONGEMAS; Discussão sobre o conteúdo do Plano de Ação
300 decorrente do Acórdão TCU nº 2.404/2017; Discussão sobre a Educação Permanente no SUAS e a
301 implantação dos Núcleos Estaduais de Educação Permanente; Reunião Conjunta com a Comissão
302 de Normas para continuidade ao debate sobre: Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos no

303 SUAS e apresentação dos produtos da consultoria PNUD sobre diagnóstico e sugestões para
304 aprimoramento do processo de inscrição de entidades no SUAS. A Presidente Interina Rosângela
305 Maria Soares dos Santos ponderou que realizou um informe sobre o I Encontro de Usuários do
306 SUAS do estado do Pará, solicitando a alteração no relato e solicitou que fosse retirado o termo
307 “Presidente Interina” do encaminhamento do Item II. O Conselheiro Carlos Nambu informou que,
308 no relato da Comissão de Financiamento e Orçamento, estará o encaminhamento em relação ao
309 Acórdão do TCU, inclusive com a indicação de uma reunião conjunta com a Comissão de
310 Acompanhamento aos Conselhos. O Conselheiro Leovane Gregório compreendeu que devem
311 indicar quais serão os representantes que participaram da reunião do CONGEMAS, uma vez que já
312 existe a afirmação de possibilidade de participação. A Presidente Interina Rosângela Maria Soares
313 dos Santos esclareceu que essa questão está nos encaminhamentos da Presidência Ampliada e o
314 Conselheiro Carlos Nambu sugeriu a supressão da discussão sobre o conteúdo do Plano de Ação
315 decorrente do Acórdão TCU nº 2.404, reafirmando que a Comissão de Financiamento e Orçamento
316 está sugerindo uma reunião conjunta para esse debate. O Conselheiro Leovane Gregório sugeriu
317 manter o item, indicando que será realizada a reunião conjunta para debate do mesmo, o que foi
318 aprovado. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão de
319 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social foi aprovado por unanimidade. A
320 Conselheira Maria do Carmo Brant de Carvalho informou que, como gestora, deve cumprir as
321 definições do CNAS e esclareceu que solicitou um parecer a CONJUR sobre as deliberações da 11ª
322 Conferência Nacional de Assistência Social, para saber se deveria cumpri-las ou não e que de
323 forma. Iniciando o relato da Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
324 Social realizada no dia 13 de março de 2018, o Conselheiro Carlos Nambu elencou os Conselheiros,
325 convidados, ouvintes e membros da Secretaria-Executiva presentes e postulou que foram debatidos
326 os seguintes itens de pauta: Item I) Discussão sobre Relatório Final de Execução Orçamentária e
327 Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Exercício 2017. Encaminhamentos:
328 01) A Comissão sugere encaminhar o Balanço da Estruturação da Rede de Proteção Básica e
329 Especial a todos os Conselheiros por *e-mail* com legenda relativa ao motivo do cancelamento; 02)
330 A Comissão sugere encaminhar o Balanço da Estruturação da Rede de Proteção Básica e Especial
331 para a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, para encaminhamentos relativos a
332 orientações aos CEAS, CAS/DF e CNAS referente ao acompanhamento e monitoramento da
333 execução das obras, considerando as diretrizes do Plano de Assistência Social; 03) A Comissão

334 sugere que seja pauta na Comissão de Acompanhamento aos Conselhos o debate acerca da
335 orientação para monitoramento pelos CEAS, CAS/DF e CNAS na execução dos convênios
336 (custeios e investimentos); 04) A Comissão sugere pautar, para o mês de abril, a apresentação do
337 Plano de Ação preliminar referente ao Acórdão TCU nº 2.404/2017 e as ações que serão realizadas
338 até o período de implementação do Plano de Ação; 05) A Comissão sugere a aprovação do
339 Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social –
340 FNAS – Exercício 2017. Item II) LOA 2018. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere agendar
341 visita do CNAS ao Ministério do Planejamento, para apresentar oferta dos serviços do SUAS e as
342 necessidades de ampliação do orçamento para manutenção da rede socioassistencial. Item III)
343 Participação da elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2019 baseando-
344 se na Lei nº 473 LDO/2018 de 08 de agosto de 2017. Encaminhamento: A Comissão sugere
345 solicitar ao SNAS o anexo das despesas obrigatórias da PLDO, para encaminhamento aos
346 Conselheiros. Item IV) Apreciação do Projeto de Emenda Constitucional – PEC nº 383/2017 do
347 Deputado Danilo Cabral, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o
348 financiamento do SUAS. Encaminhamento: A Comissão sugere a Plenária marcar audiência com o
349 Deputado Danilo Cabral e o Deputado Rodrigo Maia referente à PEC nº 383/2017, para propor
350 substitutivo deliberado pelo CNAS. Item V) Apreciação do Relatório Final da Ação nº 8.249 –
351 Financiamento dos Conselhos de Assistência Social – Exercício 2017. Encaminhamento: A
352 Comissão sugere a aprovação do Relatório Final da Ação nº 8.249 – Funcionamento dos Conselhos
353 de Assistência Social – Exercício 2017. Item VI) Definição da pauta da Comissão de abril/2018:
354 Apreciação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira no Fundo Nacional de Assistência
355 Social – 1º Trimestre de 2018; Rediscussão da LOA/2018; Revisão da aplicação da Portaria nº 36
356 do CNAS, em função da irregularidade dos repasses do Governo Federal; Apresentação do Plano de
357 Ação preliminar referente ao Acórdão TCU nº 2.104/2017 e as ações que serão realizadas até o
358 período de implementação do Plano de Ação; Reunião Conjunta da Comissão de Financiamento e
359 Orçamento com a Comissão de Normas sobre a discussão e proposição de resolução sobre
360 cofinanciamento para gestão dos municípios, estados e Distrito Federal para a estruturação da Rede
361 da Vigilância Socioassistencial. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça intuiu que precisam
362 trabalhar o Plano de Ação, salientando que o CONGEMAS e o FONSEAS devem cumprir com o
363 seu dever e a Conselheira Elcimara Rangel Loureiro Alício explanou que foi sugerido uma mesa
364 nos encontros regionais do CONGEMAS, justamente para abordar a preocupação sobre a

365 adequação das legislações e do Plano de Ação dos Conselhos Municipais. O Conselheiro Leovane
366 Gregório intui que precisam estabelecer um mecanismo para fazer uma reformulação nos Conselhos
367 Municipais e a Conselheira Maíra Leilane Oliveira Almeida concordou que precisam efetivar esse
368 trabalho dentro dos colegiados, destacando que seria importante que o Acórdão do TCU fosse
369 discutido na CIT, ponderando que proporá que esse item seja discutido na reunião do FONSEAS. O
370 Conselheiro Allan Camello Silva informou que possuem 180 dias para apresentar o planejamento,
371 que é composto por várias ações e o Conselheiro Carlos Nambu relatou que a Comissão debateu
372 sobre a irregularidade dos repasses, sobre a situação dos Conselhos Municipais e Estaduais e sobre
373 os reflexos das ações nos usuários. A Presidente Interina Rosângela Maria Soares dos Santos
374 salientou que o Pleno precisa refletir sobre a situação dos trabalhadores, entidades e usuários e que,
375 devem analisar esse Acórdão. Realizada a leitura da Resolução, que dispõe sobre a aprovação do
376 Relatório Final de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social –
377 FNAS – Exercício 2017, a Presidente Interina Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos
378 colocou a mesma para deliberação dos Conselheiros, sendo aprovada por unanimidade. O
379 Conselheiro Carlos Nambu explicou que estão sugerindo o substitutivo da PEC nº 383/2017, uma
380 vez que poderia haver o entendimento que a PEC seria para custear as despesas obrigatórias e as
381 despesas discricionárias e que, realizaram alterações na nota de apoio a PEC em consonância com
382 os termos do substitutivo. O Sr. Aguinaldo, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Tocantins,
383 informou que o Fórum Nacional dos Usuários realizou uma audiência com o Deputado Danilo
384 Cabral, em que foi discutido sobre a nota vinculada na imprensa sobre o BPF, sobre o caráter
385 deliberativo das conferências e sobre a PEC nº 383/2017. Realizada a leitura da Nota de Apoio a
386 PEC nº 383/2017 do Deputado Danilo Cabral com as alterações realizadas, que trata de recursos
387 mínimos para o financiamento da Assistência Social, a Presidente Interina Rosângela Maria Soares
388 dos Santos colocou a mesma para deliberação dos Conselheiros, sendo aprovada por unanimidade.
389 Realizada a leitura do Substitutivo da PEC nº 383/2017 e realizadas as alterações redacionais
390 necessárias, a Presidente Interina Rosângela Maria Soares dos Santos colocou o mesmo para
391 deliberação dos Conselheiros, sendo aprovado por unanimidade. Arrazou que é necessário
392 estabelecer como se dará o processo de encaminhamento do Substitutivo da PEC nº 383/2017 e o
393 Conselheiro Carlos Nambu entendeu que poderiam designar um ou dois Conselheiros para
394 participar de uma reunião agendada com o Deputado Danilo Cabral e o Deputado Rodrigo Maia. A
395 Conselheira Elisa Maciel Costa sugeriu entregar o documento aos Deputados, para posteriormente

396 realizar um agendamento e a Presidente Interina Rosângela Maria Soares dos Santos propôs indicar
397 dois Conselheiros para entregar esse documento durante a reunião Plenária. As Conselheiras Elisa
398 Maciel Costa e Edna Aparecida Alegro se propuseram a entregar o documento nesse dia, o que foi
399 aprovado por unanimidade. A Presidente Interina Rosângela Maria Soares dos Santos lembrou que
400 a Reunião Conjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento e a Comissão de Normas ficará no
401 Plano de Ação para a próxima gestão, sendo que será realizada a Reunião Conjunta com a
402 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos sobre o Acórdão do TCU. Não havendo mais
403 nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da
404 Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Seguindo para a avaliação do Programa Primeira
405 Infância no SUAS, o Sr. Halim Antônio Girade, Secretário Nacional de Promoção do
406 Desenvolvimento Humano – SNPDH, cumprimentou a todos e executou um vídeo elaborado pela
407 equipe do CRAS do interior do Amazonas. Arrazoou que, hoje, contemplaram 1.935 municípios
408 que iniciaram as visitas domiciliares, sendo que existem cerca de 600 municípios que receberam os
409 recursos e ainda não iniciaram as visitas. Complementou que existem 25 Comitês Gestores, 108
410 multiplicadores, 2.500 supervisores e 10.845 visitadores contratados e 238 mil crianças
411 acompanhadas, sendo 30 mil gestantes. Acrescentou que foram realizadas 2.461.000 visitas, sendo
412 238.000 indivíduos acompanhados. Discorreu que existem 2.600 municípios com adesão ativa e
413 13.464 profissionais trabalhando no Programa Criança Feliz. Apresentou um mapa identificado as
414 equipes completas, incompletas e ainda não designadas e um gráfico com a capacitação dos
415 supervisores e dos visitadores, destacando que apenas o Distrito Federal ainda não recebeu a
416 capacitação para supervisores e Rio de Janeiro, Distrito Federal e Santa Catarina não receberam a
417 capacitação para os visitadores. Informou que os municípios receberam, em 2017, R\$
418 201.000.000,00 e existe ainda 151.000.000,00 de saldo em conta e que, será repassado cerca de R\$
419 40.000.000,00 aos estados em 2018. Apresentou a porcentagem de adesão de municípios por estado
420 e salientou que dos 5.570 municípios brasileiros 1.790 não são elegíveis, ponderando que se trata de
421 municípios muito carentes, que necessitam de uma discussão sobre a sua situação no CNAS. A Sra.
422 Rosângela, Coordenadora do Programa Criança Feliz no Piauí, cumprimentou a todos e notificou
423 que o estado do Piauí possui 224 municípios dos quais 197 são elegíveis, 188 já realizaram a adesão
424 ao Programa Criança Feliz e 180 já iniciaram as visitas. Explanou que existe cerca de 18.000
425 crianças e 3.000 gestantes sendo visitadas e que, possuem oito multiplicadores capacitados, 200
426 supervisores e 650 visitadores contratados. Articulou que a maior riqueza do Programa Criança

427 Feliz, na relação com as políticas, tenha sido o processo de construção coletiva e compreendeu que
428 é muito importante renovar compromissos realizados pelo Brasil em relação ao atendimento de
429 crianças de zero a três anos e fortalecer os trabalhos realizados do BPF, das crianças abrigadas e a
430 questão da intersectorialidade. Executou um vídeo com relatos sobre os trabalhos realizados no
431 Programa Criança Feliz no estado do Piauí e informou que existe o entendimento que o programa
432 ajudou na centralidade relacional, a ter uma escuta qualificada e na construção de referências.
433 Ilustrou que, por se tratar de um ano de aprofundamento e de fechamento do plano de
434 monitoramento, sentiram a necessidade de um monitoramento coletivo e de supervisão in loco,
435 apresentando algumas experiências nesse sentido. Abrindo para os debates, o Conselheiro Leovane
436 Gregório compreendeu que os municípios ainda estão com dificuldades de fazer a execução
437 financeira dos recursos e ilustrou que ainda não observou nenhum aspecto de intersectorialidade
438 nesse programa, entendendo que seria necessário que os estados e municípios trouxessem uma
439 avaliação de como estão observando o Programa Criança Feliz. A Conselheira Luziana Carvalho de
440 Albuquerque Maranhão relatou que possuía a expectativa de que os vídeos apresentassem um
441 diagnóstico do programa sobre o que foi possível implantar e compreendeu que seria necessário
442 conter indicadores na educação, saúde e assistência social, especialmente em relação à pessoa com
443 deficiência. Questionou se todos os profissionais da Resolução CNAS nº 17 estão compondo a
444 equipe do programa. A Conselheira Maria do Carmo Brant de Carvalho ponderou que não é
445 possível utilizar todos os recursos em um programa relativamente novo e postulou que gostaria que
446 houvesse um pensamento capaz de relativizar a demora da implementação integralmente do
447 Programa Criança Feliz. Sugeriu ao Secretário Halim Antônio Girade que fosse criada uma
448 Comissão para avaliação do programa e ressaltou que seria salutar que os Conselheiros da
449 Sociedade Civil fizessem uma avaliação in loco, para apresentar a esse Conselho. A Conselheira
450 Carmen Lúcia Lopes Fogaça indagou se existe uma avaliação do impacto desse programa na vida
451 dos atendidos e se o mesmo possui uma interação com outros programas da Assistência Social. O
452 Conselheiro Benedito Augusto Oliveira explanou que não existe nenhum dado concreto nos vídeos
453 e compreendeu que existem vários itens que estão obscuros nesse programa. A Conselheira Renata
454 Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS, cumprimentou a
455 todos e afirmou que todas as visitas as famílias alcançadas pelo Programa Criança Feliz
456 obrigatoriamente são atendidas no âmbito do PAIF e explanou que estão avançando na atuação
457 junto a Rede de Serviços, de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em que essa rede passará a

458 reestruturada e qualificada para dar o suporte necessário para a atenção à primeira infância no
459 SUAS. Articulou que a próxima ação é avançar nos serviços de proteção básica nos domicílios,
460 destacando que gradativamente outros serviços serão incorporados. Informou que, no mês de maio,
461 será realizado um processo de integração do SUAS ao Programa Criança Feliz, em que será
462 materializado através do lançamento de uma orientação técnica e de uma capacitação. A Presidente
463 Interina Rosângela Maria Soares dos Santos compreendeu que precisam ter objetivamente os
464 resultados do programa e indagou se as normativas do SUAS estão sendo cumpridas de acordo com
465 a aprovação da Resolução CNAS nº 19. A Sra. Rosângela lembrou os princípios aprovados na
466 Resolução CNAS nº 19 e disponibilizou-se a realizar uma discussão sobre os dados do estado do
467 Piauí com o CNAS. Salientou que a Assistência Social finalmente conseguiu ter algo de concreto
468 para as crianças de zero a três anos do BPF e relatou que estão em processo de criação de um
469 comitê intersetorial em relação ao BPF. Entendeu que o CNAS precisa potencializar as relações e
470 contribuir, para que os Conselhos Estaduais tenham a autonomia necessária. O Secretário Halim
471 Antônio Girade explanou que existe a necessidade de que os estados qualifiquem os municípios na
472 utilização dos recursos da Assistência Social e que, os resultados para uma avaliação de impacto
473 levarão de dois anos e meio a três anos e meio para aparecer. Esclareceu que a questão da
474 intersetorialidade está permeada em cerca de 150 programas, porém, nenhum possui essa realidade
475 e postulou que, no Programa Criança Feliz, conseguiram perceber certa intersetorialidade no dia a
476 dia dos municípios. Informou que o Comitê Gestor Intersetorial está na fase final de elaboração de
477 uma portaria interministerial, em que está sendo definidas as obrigações de cada ministério. A
478 Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida articulou que seria interessante a ideia de realizar um
479 trabalho conjunto de avaliação entre o CONGEMAS, FONSEAS e as Secretarias Nacionais, para
480 que o CNAS tenha um melhor entendimento dos dados. A Presidente Interina Rosângela Maria
481 Soares dos Santos agradeceu a participação do Secretário Halim Antônio Girade e passou ao relato
482 da Comissão de Normas da Assistência Social. A Conselheira Maria Amélia Sasaki iniciou o relato
483 da Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social realizada no dia 13 de março de 2018
484 elencando os Conselheiros, ouvintes, convidados e membros da Secretaria-Executiva presentes.
485 Discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Apresentação do Departamento
486 da Rede Socioassistencial Privada do SUAS do Relatório Anual de 2017 e do 4º Relatório
487 Trimestral de 2017 com as informações sobre os processos de certificação das entidades de
488 Assistência Social. Encaminhamento: A Comissão sugere a Plenária encaminhar apresentação do

489 Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS do Relatório Anual de 2017 e do 4º
490 Relatório Trimestral de 2017 com as informações sobre os processos de certificação das entidades
491 de Assistência Social para os Conselheiros do CNAS e para os CEAS e a CAS/DF. Item II)
492 Apresentação do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS do relatório de
493 capacitações realizadas no Rio de Janeiro e São Paulo acerca do CNEAS. Encaminhamentos: 01) A
494 Comissão sugere a Plenária encaminhar a apresentação do Departamento da Rede Socioassistencial
495 Privada do SUAS do relatório de capacitações realizadas no Rio de Janeiro e São Paulo acerca do
496 CNEAS aos Conselheiros da Comissão de Normas; 02) A Comissão sugere que o Departamento da
497 Rede Socioassistencial Privada do SUAS apresente, na próxima reunião da Comissão, as
498 informações sobre as medidas a serem adotadas para o aprimoramento dos sistemas de informações
499 acerca de inscrição de entidades. Item III) Revisitar as metas do Plano de Ação da Comissão
500 referente ao exercício de 2017 para avaliação. Meta III - Encaminhamento: A Comissão sugere a
501 Plenária proposta de reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
502 Transferência de Renda, para apreciação das orientações técnicas acerca dos benefícios eventuais
503 elaborada pela SNAS, prevista para maio ou junho. Meta VI – Encaminhamento: A Comissão
504 sugere a Plenária que a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos possa indicar um
505 representante da Comissão para acompanhar as reuniões do Comitê como ouvinte. Item IV) Outros
506 Assuntos: a) *E-mail* recebido pela Secretaria-Executiva do CNAS do Conselho Estadual do Ceará,
507 que solicita informação sobre as entidades do Sistema “S”, questionando se são consideradas
508 entidades e organização de Assistência Social. Encaminhamento: A Comissão sugere solicitar a
509 análise pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS do *e-mail* recebido, que
510 trata do reconhecimento do Sistema “S” na Assistência Social e do Artigo “A imunidade tributária
511 das entidades do Sistema “S”, para fundamentação de resposta ao CEAS/CE. Item V) Reunião
512 Conjunta da Comissão de Normas com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. a)
513 Apresentação dos produtos da Consultora, Sra. Eliane Santos, ao CNAS Projeto PNUD/BRA
514 12.006 de Termo de Referência nº 141.821 – Tema “Diagnóstico do Processo de Inscrição de
515 Entidades pelo CMAS e CAS/DF” e subsídios para melhoria desse processo. b) Apresentação da
516 revisão do documento “Manual Orientador para Inscrição de Entidades de Assessoramento, Defesa
517 e Garantia de direitos em Conselhos Municipais de Assistência Social. Encaminhamento: As
518 Comissões sugerem a Plenária que a apresentação dos produtos da Consultora, Sra. Eliane Santos,
519 seja pautados na reunião conjunta da Comissão de Normas com a Comissão de Acompanhamento

520 aos Conselhos de abril. Item VI) Definição da pauta da Comissão de abril/2018: Reunião Conjunta
521 da Comissão de Normas com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, para apresentação
522 dos relatórios da Consultora Eliane Santos ao CNAS Projeto PNUD/BRA 12.006 e Termo de
523 Referência nº 141.821 – Tema “Diagnóstico do Processo de Inscrição de Entidades pelo CMAS e
524 CAS/DF” e subsídios para melhoria desse processo; Proposta de reunião conjunta com a Comissão
525 de Normas com a Comissão de Financiamento e Orçamento, para discussão e proposição de
526 resolução sobre o cofinanciamento para gestão dos municípios, estados e Distrito Federal para
527 estruturação da Vigilância Socioassistencial. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins
528 explanou que, entre maio e junho, ainda não haverá uma resposta dos Conselheiros da Comissão de
529 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda sobre o tema, entendendo que seria
530 precipitado definir essa reunião conjunta. Questionou se a orientação técnica colocada para a
531 reunião conjunta caberia na Meta III, uma vez que a mesma trata sobre normatizar ações e regular a
532 prestação de serviços, sugerindo incluir esse tema em outra meta. A Conselheira Maria Amélia
533 Sasaki acatou a sugestão da Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins e a Conselheira Carmen
534 Lúcia Lopes Fogaça ponderou que o encaminhamento referente ao *e-mail* recebido do CEAS/CE foi
535 de que o mesmo encaminhe o documento do SENAI solicitando a inscrição no Conselho Estadual,
536 para uma avaliação da CONJUR sobre a questão do Sistema “S”. A Conselheira Marília Paiva de
537 Carvalho, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, compreendeu que o
538 Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS poderá solicitar esse documento ao
539 CEAS/CE e a Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça sugeriu incluir um encaminhamento
540 avisando ao CEAS/CE que o Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS solicitará
541 os documentos referente à solicitação e encaminhará os mesmos para análise da CONJUR. Não
542 havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão de Normas da Assistência
543 Social foi aprovado por unanimidade. **ENCERRAMENTO 14/03/2018:** A Presidente Interina
544 Rosângela Maria Soares dos Santos agradeceu a colaboração de todos e encerrou o primeiro dia da
545 262ª Reunião Ordinária do CNAS. **ABERTURA 15/03/2018:** A Presidente Interina Rosângela
546 Maria Soares dos Santos iniciou o segundo dia da 262ª Reunião Ordinária do CNAS
547 cumprimentando a todos e informou que possuem como convidado o Deputado Danilo Cabral. O
548 Deputado Danilo Cabral cumprimentou a todos e externou a sua satisfação de estar participando
549 dessa reunião. Arrazoou que existe uma tensão no espaço das políticas públicas no Brasil,
550 especialmente nas políticas públicas sociais e compreendeu que a situação vivenciada do

551 contingenciamento mostra que precisam dar passos maiores para transformar a Assistência Social
552 em uma política de estado. Salientou que a Política de Assistência Social é uma entrada para a
553 cidadania e que, precisam destacar a necessidade de respeitar a institucionalidade para o CNAS,
554 como também o resultado dos debates das conferências. Complementou que lhe preocupou a
555 matéria vinculada na mídia, que trata da mudança dos critérios e do conceito do Programa Bolsa
556 Família e afirmou que não permitirão o desmonte do SUAS, através de mobilizações. Relatou sobre
557 os trabalhos da PEC nº 383 e apresentou o ato de instalação da Comissão para proferir parecer sobre
558 a proposta de emenda a Constituição Federal dessa PEC. Informou que, na próxima semana, a pauta
559 da Assistência Social será levada para a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias,
560 especialmente em relação à questão do PBF. O Conselheiro Leovane Gregório explanou que é
561 necessário que o legislativo trabalhe na perspectiva de fazer o cumprimento das leis e o Conselheiro
562 Benedito Augusto de Oliveira ponderou que existe um projeto de destruição das políticas públicas
563 anunciado, destacando que o CNAS precisa ter um papel estratégico em fazer resistência em defesa
564 dessa política. Solicitou que o CNAS manifestasse em relação ao assassinato da Vereadora Marielle
565 Franco, uma vez que a mesma possuía uma interface com a questão da raça e de gênero. A
566 Conselheira Mariana de Souza Machado Neris parabenizou o Deputado pelas iniciativas de
567 sensibilização e mobilização junto ao Congresso Nacional e afirmou que os representantes da
568 Sociedade Civil e do Governo desse Conselho possuem um profundo compromisso com a Política
569 de Assistência Social. Articulou que existe um entendimento que a trajetória da Assistência vem se
570 fortalecendo desde a sua concepção e postulou sobre a importância da parceria com a Frente
571 Parlamentar em Defesa do SUAS, para além das questões estruturantes. A Conselheira Edna
572 Aparecida Alegro manifestou o seu agradecimento pela recepção do Deputado Danilo Cabral e
573 concordou que existem algumas pautas importantes para garantir as conquistas, principalmente
574 relacionados às crianças e povos e comunidades tradicionais. A Conselheira Luziana Carvalho de
575 Albuquerque Maranhão entendeu que precisam dar visibilidade a instalação da Frente Parlamentar
576 em Defesa do SUAS para a sociedade, sugerindo fazer uma audiência pública ou um ato de apoio a
577 sua instalação e manifestou a sua indignação com o assassinato da Vereadora Marielle Franco. A
578 Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida agradeceu e parabenizou o Deputado pela iniciativa da
579 PEC e pela disposição de estar presente nessa reunião e a Conselheira Maria José Vasconcelos
580 Barreto Carvalho ponderou que os usuários são aqueles que mais sofrem com o desmonte da
581 Assistência Social, solicitando que haja um grande empenho da Frente Parlamentar para garantir a

582 manutenção dos direitos adquiridos. A Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça,
583 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, informou que as mudanças
584 noticiadas pela mídia referente ao PBF ainda não chegaram ao conhecimento da Secretaria,
585 explanando que estão discutindo apenas sobre o seu reajuste. A Presidente Interina Rosângela Maria
586 Soares dos Santos relatou sobre as dificuldades dos usuários participarem do controle social e
587 compreendeu que não podem sair dessa reunião sem elaborar uma nota de repúdio a matéria
588 relacionada ao Bolsa Família. Agradeceu a participação do Deputado Danilo Cabral e o convidou
589 para participar da Reunião Ampliada e Descentralizada que será realizada no Rio Grande do Sul. A
590 Conselheira Mariana de Souza Machado Neris informou que foi publicada uma moção de
591 esclarecimento da CNAS, para esclarecimento acerca dessas informações divulgadas na mídia. O
592 Deputado Danilo Cabral compreendeu que existe um consenso sobre o processo de desmonte do
593 estado brasileiro, inclusive, da opção do Governo de excluir a parcela mais vulnerável das ações e
594 destacou que, com a instalação da Comissão, o próximo passo será a designação dos membros pelos
595 partidos políticos, ponderando que precisam garantir a indicação de membros que possuem
596 compromisso com a Assistência Social. Concordou em realizar um ato de instalação dessa
597 Comissão e colocou-se a disposição ao CNAS, para fazer qualquer tipo de interlocução. O Sr. Jairo,
598 Presidente do CEAS/MA, discorreu que o Fórum Nacional dos Conselheiros Estaduais realizará um
599 evento no dia 03 e 04 de abril em Aracajú, convidando o Deputado para participação. A Presidente
600 Interina Rosângela Maria Soares dos Santos solicitou a que a Secretária-Executiva do CNAS
601 verificasse o quórum e realizado o mesmo, solicitou também que fosse realizado um minuto de
602 silêncio ao assassinato da Vereadora Marielle Franco. Seguindo para o relato da Reunião da
603 Presidência Ampliada realizada no dia 13 de março de 2018, elencou os participantes e membros da
604 Secretaria-Executiva presentes e relatou que foram discutidos os seguintes itens de pauta: Item I)
605 Informe das Reuniões das Comissões Temáticas: a) Momento de explanação sobre os assuntos
606 relevantes das Comissões Temáticas – Comissão de Normas - Sugestão de realização de uma
607 reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda,
608 para tratar dos benefícios eventuais no mês de maio ou junho de 2018; Sugestão de reunião conjunta
609 da Comissão de Normas com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos em abril, devido a
610 não realização da apresentação dos produtos da consultoria do PNUD com o tema “Diagnóstico do
611 Processo de Inscrição de Entidades pelo CMAS e CAS/DF” e subsídios para melhoria desse
612 processo”. Comissão de Política – Recomendação de inclusão da incidência política do CNAS em

613 todos os Planos de Ação das Comissões Temática do CNAS, para acompanhamento das pautas no
614 Congresso Nacional. Comissão de Acompanhamento aos Conselhos – Sugestão de que a Reunião
615 Descentralizada e Ampliada do CNAS ocorra no Rio Grande do Sul, nos dias 22, 23 e 24 de maio;
616 Sugestão de que as Reuniões Regionais sejam realizadas duas reuniões no dia 18 e 19 de abril e
617 duas reuniões nos dias 25 e 26 em local a definir. Encaminhamentos: 01) A Presidência Ampliada
618 sugere que, devido às agendas das Comissões até o término dessa gestão, os assuntos a serem
619 discutidos nas reuniões conjunta da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência
620 de Renda com a Comissão de Normas benefícios eventuais (normas e financiamento e a proposição
621 de resolução sobre o cofinanciamento) constem no Plano de Ação das Comissões para serem
622 discutidos posteriormente; 02) A Presidência Ampliada sugere que os produtos da Consultoria com
623 o diagnóstico do processo de inscrição de entidade pelo CMAS e CAS/DF – Consultoria do Projeto
624 PNUD/BRA 12006 – Termo de Referência nº 141821, sejam enviados para os integrantes da
625 Presidência Ampliada para apreciação e posteriormente discutido conjuntamente com as Comissões
626 de Normas e de Acompanhamento aos Conselhos; 03) A Presidência Ampliada sugere que todas as
627 Comissões revistem o seu Plano de Ação na reunião do mês de abril, para que durante a Reunião
628 Ordinária de junho, que contará com a presença dos Conselheiros das gestão 2016/2018 e novos
629 empossados para a gestão 2018/2020, os documentos estejam alinhados para apreciação. Item II)
630 Participação do CNAS nos Encontros Regionais do CONGEMAS. Não foi possível a presença do
631 CNAS em virtude do convite ter chegado uma semana antes da reunião, o que impossibilitou a
632 solicitação de passagens pelo CNAS e a participação do representante desse Conselho.
633 Encaminhamento: Em relação aos demais encontros regionais, a Presidência Ampliada sugere como
634 representante do CNAS a Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos para o Encontro
635 Regional Sul nos dias 04, 05 e 06 de abril; a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque
636 Maranhão para o Encontro Regional Nordeste nos dias 12 e 13 de abril; Conselheira Rosângela
637 Maira Soares dos Santos para o Encontro Regional Norte nos dias 10 e 11 de maio; e Conselheiro
638 Carlos Nambu para o Encontro Regional Centro-Oeste nos dias 29 e 30 de maio. Item III) Acórdão
639 nº 2.404/2017 TCU/Plenário da Seção 25/10/2017, que trata de auditoria operacional com o
640 objetivo de avaliação a supervisão desse Ministério sobre a atuação dos Conselhos de Assistência
641 Social, com enfoque especial na função de controle a ser exercida por este no âmbito da Política
642 Nacional de Assistência Social e do SUAS enviada ao Departamento de Gestão do SUAS com
643 cópia para o CNAS e o Fundo Nacional de Assistência Social. Encaminhamento: A Presidência

644 Ampliada encaminhará o assunto para ser pautado em reunião conjunta da Comissão de
645 Financiamento e Orçamento com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, para elaboração
646 de resposta a solicitação de informações do TCU. Item IV) Ofício nº 167/2017, contendo relatório
647 de visita ao abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC. Encaminhamentos: 01) A Presidência
648 Ampliada sugere enviar Ofício nº 167/2017 e relatório ao Conselho Estadual de Assistência Social
649 do Ceará e a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, para conhecimento e solicitar
650 informações sobre as providências tomadas referente ao assunto; 02) A Presidência Ampliada
651 sugere também informar ao solicitando que o ofício foi enviado para o CEAS/CE e Secretaria
652 Estadual. Item V) Solicitação da Coordenadora de Proteção Social na FUNAI. Encaminhamento: A
653 Presidência Ampliada sugere marcar audiência com a FUNAI na próxima Reunião Ordinária do
654 CNAS em abril. Item VI) Informes: a) Aviso Circular nº 11/2017 do Ministério da Integração
655 Social; b) Ofício nº 01/2018 MDS/SNAS/DGSUAS/CGGTP – Indicações Realizadas: Titular -
656 Conselheira Elisa Maciel Costa e Suplente – Conselheira Maria José Vasconcelos; c) Ofício nº
657 06/2018 da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos de Manaus -
658 Relatório das ações que as famílias venezuelanas da etnia Warao em Manaus, referente ao período
659 de julho a dezembro de 2017 e Relatório da Execução Financeira para o conhecimento do CNAS; d)
660 Moção de Repúdio a desocupação compulsória – Moção nº 427/2017 da Assembleia Legislativa do
661 Pará; e) Moção de Repúdio contra o atraso de repasse de recursos – Moção do Conselho Municipal
662 de Assistência Social de Toledo/PR ao MDS; f) Moção de Repúdio quanto aos cortes do orçamento
663 2018 – Moção de Repúdio do Conselho Municipal de Assistência Social de Umuarama/PR; g)
664 Moção de Repúdio nº 1.499 da Câmara Municipal de São Lourenço do Sul/RS; h) Moção de Apoio
665 a Nota de Repúdio do CNAS ao cortes da Proposta Orçamentária de Assistência Social em 2018
666 enviada pela Câmara Municipal de Ipaussu/SP; i) Moção de Repúdio ao Governo Federal pela
667 previsão orçamentária insuficiente para a Assistência Social em 2018 enviada pela Câmara
668 Municipal de Petrolândia/SC; j) Moção de Apelo da Câmara Municipal de Bebedouro/SP enviada a
669 Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando a revisão do corte de 98% das verbas do
670 orçamento do SUAS para ano de 2018; l) Moção de Repúdio ao Governo Federal e a Equipe de
671 Planejamento pela previsão orçamentária insuficiente para a Assistência Social em 2018 enviada
672 pela Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado/SC; m) Nota de Repúdio ao corte
673 orçamentário para a Política de Assistência Social enviado pelo Conselho Municipal de Assistência
674 Social de Umuarama; n) Outras manifestações e cartas: Manifestação de Repúdio do Conselho

675 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais as declarações do MDS de não acatar as
676 deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, bem como a Moção de Repúdio
677 aprovada pelos delegados da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social acerca da extinção do
678 Programa Criança Feliz; Carta Manifesto do Conselho Estadual de Assistência Social do Acre,
679 frente ao descumprimento das deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Item
680 VII) Resposta a Nota de Repúdio do CNAS a Portaria nº 129/2017, que dispõe sobre os conceitos
681 de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas ao trabalho escravo, para fins de
682 concessão de seguro desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do
683 Ministério do Trabalho. Item VIII) Indicação do Conselheiro para suplência do Comissão Nacional
684 de População em Desenvolvimento. Indicação será realizada posteriormente pelo Governo. Item
685 IX) Indicação do Conselheiro para a Suplência para o Fórum Nacional de Aprendizagem. Indicação
686 será realizada posteriormente pelo Governo. Item X) Convites: a) 40º Encontro Nacional do Fórum
687 Nacional Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONASEAS, nos dias 03 e 04 de abril, em
688 Aracajú. Encaminhamento: Aguardar a eleição do novo Presidente do CNAS; b) Convite dos
689 Promotores de Justiça Cíveis de Defesa dos Direitos Individuais Difusos e Coletivos da Infância e da
690 Juventude do Distrito Federal para reunião, no dia 20 de março de 2018, para debate propositivo a
691 respeito das irregularidades da Escola Vila da Criança, mantida pelo Instituto Educacional das
692 Irmãs de Maria. Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere que a Conselheira Mariana de
693 Souza Machado Neris participe da reunião. Item XI) Pauta da 263ª Reunião Ordinária do CNAS:
694 Dia 09/04 – das 09h00 as 17h00 – Reunião da Comissão Eleitoral – Gestão 2018-2020; Reunião da
695 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social;
696 Reunião Extraordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda.
697 Dia 10/04: das 09h00 as 16h00 – Reuniões das Comissões Temáticas; das 16h00 às 18h00 -
698 Presidência Ampliada. Dia 11/04: 263ª Reunião Ordinária do CNAS - 09h00 às 09h30 – Aprovação
699 da Ata da 262ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 263ª Reunião Ordinária do CNAS; 09h30
700 às 10h00 – Informes da Presidência/Secretária Executiva, MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e
701 Conselheiros; das 10h00 às 11h00 – Relato da Comissão Eleitoral – Gestão 2018/2020; das 11h00 às
702 12h00 – Relato da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de
703 Assistência Social; das 14h30 às 15h30 – Apresentação do Plano de Segurança Pública; das 14h00
704 às 16h00 – Apresentação dos resultados do acompanhamento do Pacto de Aprimoramento Estadual
705 do SUAS 2016/2019; das 16h00 às 18h00 – Apresentação do Documento que compatibilizou as

706 metas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável – ODS do PPA; Dia 12/04 – Continuação da
707 263ª Reunião Ordinária do CNAS – das 09h00 às 10h00 – Relato da Presidência Ampliada; das
708 10h00 às 11h00 – Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das
709 11h00 às 12h00 – Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de
710 Renda; das 14h00 às 15h00 – Relato da Comissão de Normas da Assistência Social; das 15h00 às
711 16h00 - Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das 16h00 às 17h00 – Relato da
712 Comissão Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, seguido do relato da reunião
713 conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e da Comissão de Financiamento e
714 Orçamento. A Presidente Interina Rosângela Maria Soares dos Santos complementou que
715 receberam um convite do Fórum Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadores do Sistema Único de
716 Assistência Social -FNTSUAS, para participar da 4ª Plenária Nacional do FNTSUAS, que
717 acontecerá nos dias 07 e 08 de abril de 2018, em São Luis do Maranhão. Explanou que, diante
718 várias solicitações de reuniões conjunta, foi consensuado apenas a realização da reunião conjunta da
719 Comissão de Financiamento e Orçamento com a Comissão de Acompanhamento aos Conselheiros
720 para discussão sobre o acórdão do TCU, sugerindo que as demais sejam inseridas no Plano de Ação
721 para a próxima gestão. A Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho ponderou que
722 gostaria de ser indicada para participar do 40º Encontro Nacional do Fórum Nacional Conselhos
723 Estaduais de Assistência Social – FONASEAS além de um membro da Presidência, uma a sua
724 participação não gerará custos ao CNAS. A Presidente Interina Rosângela Maria Soares dos Santos
725 colocou a sugestão para deliberação dos Conselheiros e não havendo nenhuma manifestação
726 contrária, foi aprovada a indicação da Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho para
727 participar do 40º Encontro Nacional do Fórum Nacional Conselhos Estaduais de Assistência Social
728 – FONASEAS. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris sugeriu a inclusão da apresentação
729 das medidas adotadas pelo Governo Federal no atendimento aos migrantes venezuelanos na pauta,
730 propondo que a Casa Civil da Presidência da República fosse convidada para apresentar o Plano de
731 Ação Emergencial de Atendimento aos Migrantes Venezuelanos nos estados de fronteira e a
732 interiorização. O Conselheiro Samuel Rodrigues sugeriu que fosse incluída uma apresentação sobre
733 a situação dos Centros PoP do país na próxima reunião ou na reunião de maio e a Presidente
734 Interina Rosângela Maria Soares dos Santos explanou que o tema indicado pela Conselheira
735 Mariana de Souza Machado Neris será incluído na pauta da 263ª Reunião Ordinária do CNAS,
736 sendo que o tema indicado pelo Conselheiro Samuel Rodrigues será apreciado na 264ª Reunião

737 Ordinária do CNAS. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Presidência
738 Ampliada foi aprovado por unanimidade. Seguindo para o relato da Reunião da Comissão de
739 Política da Assistência Social realizada no dia 13 de março de 2018, a Conselheira Maíra Leilane
740 Oliveira Almeida elencou os Conselheiros, convidados, ouvintes e membros da Secretaria-
741 Executiva presentes e relatou que foram debatidos sobre os seguintes itens de pauta: Item I)
742 Balanço do Pacto de Aprimoramento do SUAS – Gestão Municipal 2014/2017. Encaminhamentos:
743 01) A Comissão sugere a Presidência Ampliada que o CNAS solicite o resultado final do Pacto de
744 Aprimoramento do SUAS – Gestão Municipal 2014/2017 após a inclusão dos dados do Censo
745 SUAS 2017; 02) A Comissão sugere que o CNAS encaminhe aos Conselhos Municipais e
746 Estaduais de Assistência Social uma orientação para a realização do efetivo controle social do
747 SUAS. Item II) Monitoramento do Plano de Ação da Comissão. Encaminhamentos: 01) A
748 Comissão propôs alguns ajustes nas metas, que passaram a ter a seguinte nomenclatura Meta I –
749 Exercer o controle social e a fiscalização da Política de Assistência Social por meio do
750 acompanhamento e da avaliação da gestão do SUAS; Meta II – Acompanhar e fiscalizar a
751 manutenção/expansão e qualificação dos serviços, benefícios e as unidades do SUAS; Meta III –
752 Exercer o Controle Social e Fiscalização dos Programas Socioassistenciais; Meta IV - Fomentar a
753 intersectorialidade para o Fortalecimento do SUAS; 02) Frisando facilitar o acompanhamento e a
754 execução do Plano de Ação pela Comissão de Política na gestão atual e na próxima gestão do
755 CNAS, a Comissão recomenda a Secretaria-Executiva a manutenção do Plano de Ação 2016/2018
756 atualizado com as alterações realizadas nessa reunião e em seguida, disponibilizar uma versão do
757 Plano de Ação para o ano de 2018. Item III) Definição da pauta da Comissão de abril/2018:
758 Apresentação das ações para monitoramento da Proteção Social Básica; Apresentação das ações
759 para monitoramento da Proteção Social Especial; Continuação da discussão do Plano de Ação da
760 Comissão, para definição das prioridades para 2018; Discussão Conjunta com a Comissão de
761 Normas sobre como implementar o papel institucional do CNAS de incidência política junto ao
762 Congresso Nacional e outros órgãos e instituições. O Conselheiro Leovane Gregório questionou
763 quais são os motivos de ter um número baixo de famílias atendidas e acompanhadas no balanço do
764 Pacto de Aprimoramento, entendendo que seria necessário realizar uma discussão sobre o não
765 cumprimento das metas desse Pacto, especialmente em relação à Vigilância Socioassistencial. A
766 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão compreendeu que deveriam providenciar
767 as justificativas do não cumprimento das metas para a próxima reunião, para que haja uma análise

768 criteriosa e a Conselheira Norma Suely de Sousa Carvalho concordou com a explanação anterior,
769 acrescentando que também são necessárias elencar as providências que estão sendo tomadas, para
770 que essa questão possa ser superada. A Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida intuiu que, o
771 próprio Pacto de Aprimoramento do SUAS, precisa passar por uma análise de como deve ser
772 elaborado e explanou que seria difícil medir as metas já pactuadas, uma vez que não podem medir a
773 execução dos municípios com o mesmo critério. O Conselheiro Allan Camello Silva entendeu que o
774 CONGEMAS seria salutar para trazer uma avaliação qualitativa dessa metas e que, seria necessário
775 um plano para avanço, inclusive para pactuar o novo Pacto de Aprimoramento do SUAS Municipal
776 com metas mais claras. A Conselheira Elcimara Rangel Loureiro Alício discorreu que, para ter uma
777 meta cumprida, é necessário ter um equipamento fortalecido e salientou que não podem ignorar que
778 os números apresentados traduzem um diagnóstico. O Conselheiro Maurício José Silva Cunha
779 observou que havia algumas metas que não dependiam de recursos e nem de estrutura que possuem
780 índices muito baixos de execução e o Conselheiro Leovane Gregório sugeriu que a SNAS estudasse
781 internamente a possibilidade de realizar um estudo dos custos dos serviços, para que o SUAS tenha
782 uma boa execução. A Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida solicitou autorização a
783 Comissão para alterar a pauta, para que seja realizada a apresentação das ações para o
784 monitoramento da Proteção Social Básica – Desafios para atingimento das metas do Pacto de
785 Aprimoramento da Gestão do SUAS ao invés da Apresentação das ações para monitoramento da
786 Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial. Havendo aprovação dos membros da
787 Comissão, o Conselheiro Leovane Gregório solicitou ajuda ao CNAS e ao MDS para resolver as
788 dificuldades do Distrito Federal em relação à Assistência Social e a Conselheira Laís Maranhão
789 Santos Mendonça informou que o Departamento do Cadastro Único acompanha a situação do
790 Distrito Federal. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão de
791 Política da Assistência Social foi aprovado por unanimidade. A Presidente Interina Rosângela
792 Maria Soares dos Santos lembrou que precisam indicar um Conselheiro para participar da reunião
793 do FNTSUAS e deliberar sobre o encaminhamento de uma nota de esclarecimento referente à
794 possibilidade de reestruturação do PBF. A Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida sugeriu que
795 o CNAS assine conjuntamente a nota elaborada pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social na
796 Reunião Trimestral do CNAS, o que foi aprovado por unanimidade. A Conselheira Luziana
797 Carvalho de Albuquerque Maranhão explanou que a posição do FNTSUAS foi pelo
798 encaminhamento de um representante do CNAS do segmento dos trabalhadores, uma vez que serão

799 tratadas a questão dos trabalhadores do SUAS. A Presidente Interina Rosângela Maria Soares dos
800 Santos esclareceu que o regimento interno do CNAS cita que devem seguir estritamente os convites
801 realizados, destacando que o mesmo precisa ser alterado. A Conselheira Luziana Carvalho de
802 Albuquerque Maranhão sugeriu que seja indicado um representante dos trabalhadores e um
803 representante da Presidência do CNAS e a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho lembrou que
804 estão com restrição em relação à emissão de passagens, ponderando que foi deliberado, na
805 Presidência Ampliada, que seria apenas um representante indicado para as representações do
806 CNAS. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira informou que o segmento dos trabalhadores
807 indicará a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão para representar o CNAS na
808 reunião do FNTSUAS, o que foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo para relato da Reunião
809 Conjunta da Comissão de Normas com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos realizada
810 no dia 13 de março de 2018, a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão discorreu
811 que foram discutidos os seguintes itens de pauta: Item I) Apresentação da revisão do Manual
812 Orientador para Inscrição de Entidades de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos nos
813 Conselhos Municipais de Assistência Social. Encaminhamento: As Comissões sugerem a realização
814 de uma reunião conjunta com a Comissão de Normas para continuidade ao debate sobre o
815 assessoramento, defesa e garantia de direitos no SUAS e apresentação dos produtos da consultoria
816 PNUD/BRA sobre diagnóstico e sugestões para o aprimoramento do processo de inscrição de
817 entidades do SUAS. A Conselheira Edna Aparecida Alegro solicitou que fossem registrados, como
818 ouvintes a Sra. Dulcinea, Sra. Emilene, Sra. Inês e Sr. Marcelo que fazem parte do Grupo de
819 Trabalho de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos no SUAS e a Conselheira Luziana
820 Carvalho de Albuquerque Maranhão relatou que haviam proposto a elaboração de material
821 explicativo do manual para a próxima gestão. A Presidente Interina Rosângela Maria Soares dos
822 Santos lembrou que esse assunto foi pautado na reunião da Presidência Ampliada e foi consensuado
823 que esse documento seria encaminhado a Presidência Ampliada para análise e posteriormente
824 encaminhamento a Comissão. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião Conjunta
825 da Comissão de Normas com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos foi aprovado por
826 unanimidade. Após a entrega dos certificados corrigidos de participação na 11ª Conferência
827 Nacional de Assistência Social aos Conselheiros, a Conselheira Elisa Maciel Costa informou que
828 aproveitaram a incidência a Câmara dos Deputados e foram ao gabinete do Deputado Otávio Leite,
829 que solicitou que fosse conversado com o Deputado Danilo Cabral para saber sobre a possibilidade

830 de assinatura em conjunto da nova proposta de lei. A Conselheira Edna Aparecida Alegro deixou
831 claro que não possuem preferência a um partido, entendendo que é necessário dar visibilidade e
832 fortalecer o SUAS, para que tenham condições de aprovar a proposta de garantir um valor a
833 Assistência Social. Iniciando a eleição do novo Presidente do CNAS, a Conselheira Mariana de
834 Souza Machado Neris informou que os representantes governamentais estão indicando a
835 Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida para a Presidência do CNAS, realizando um breve
836 histórico de sua trajetória. A Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida aceitou a indicação e a
837 Presidente Interina Rosângela Maria Soares do Santos colocou a indicação dos representantes
838 governamentais para deliberação dos Conselheiros, sendo aprovada por unanimidade. A Sra. Maria
839 das Mercês Avelino Carvalho cumprimentou a Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida pela
840 eleição e afirmou que a Secretaria-Executiva estará à disposição e empenhada até o término de seu
841 mandato. Realizou a leitura do Termo de Posse, solicitando que a Presidente eleita e os
842 Conselheiros presentes realizassem a assinatura do mesmo. A Conselheira Máira Leilane Oliveira
843 Almeida parabenizou o empenho dos servidores e da Secretaria-Executiva tem dado ao CNAS e
844 afirmou que aceita, com muito honra, dar continuidade a Presidência do CNAS em conjunto com a
845 Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos, que desempenhou um papel muito importante
846 durante essa transição. Como representante governamental pelo FONSEAS, reafirmou o Pacto
847 Federativo e afirmou que se empenhará ao máximo para dirigir esse Conselho pautado na lisura e na
848 transparência. Discorreu que estará aberta a cooperação, para que possam fortalecer cada vez mais o
849 controle social e que, possui a convicção de que a gestão apenas é forte com o controle social
850 atuante, propositivo e autônomo. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão
851 realizou a leitura da nota de agradecimento ao Conselheiro Fábio Moassab Bruni elaborada pela
852 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e o Sr. Pedro, Representante do Fórum Nacional dos
853 Usuários do SUAS, deu as boas-vindas a Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida e informou
854 que o Fórum está aberto a dialogar, para aprimorar os programas, projetos e serviços do SUAS.
855 **ENCERRAMENTO 15/03/2018:** A Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida agradeceu todas as
856 manifestações e encerrou a 262ª Reunião Ordinária do CNAS.

857